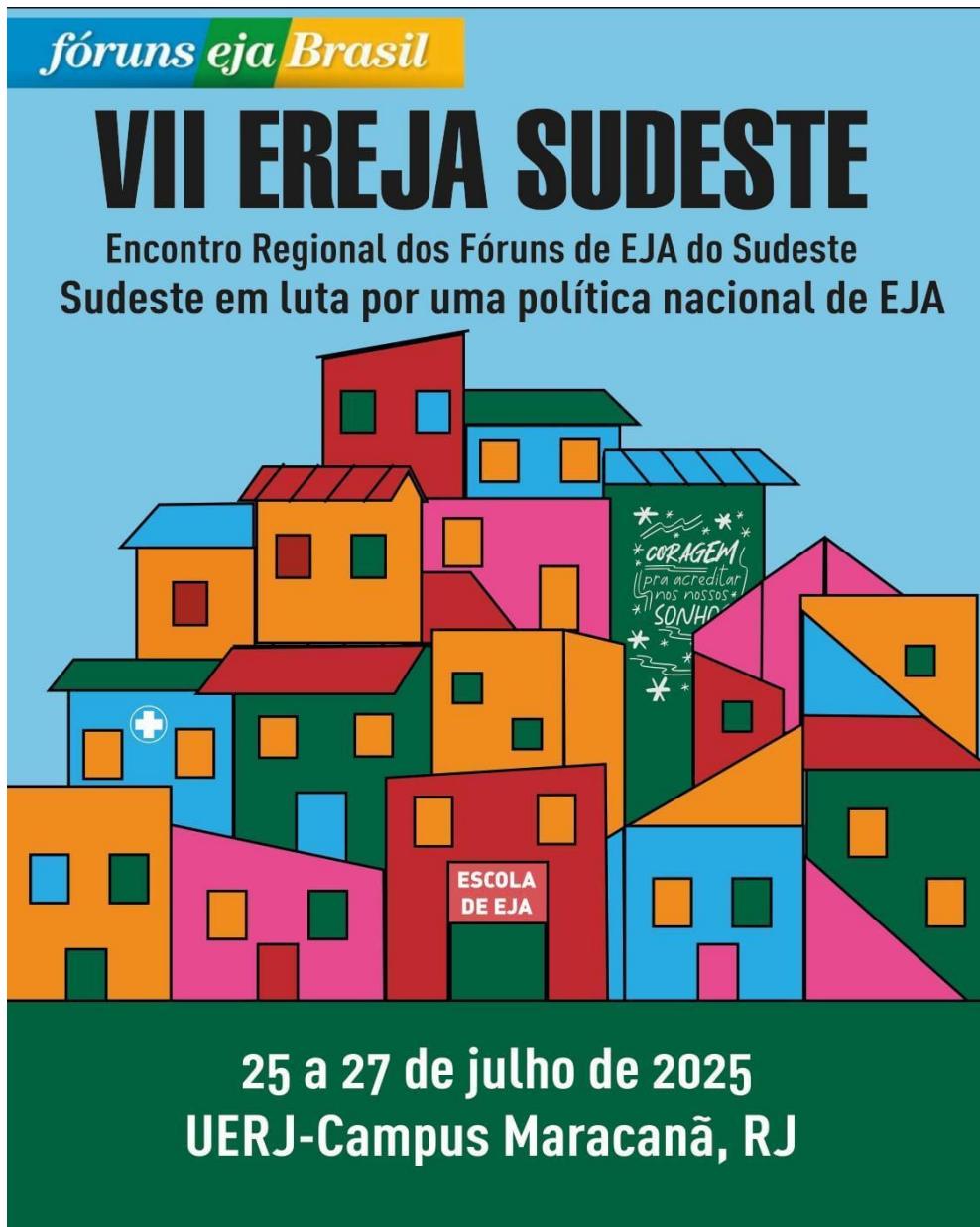


Documento Final do VII EREJA Sudeste



EJA é Direito

Rio de Janeiro
2025

Companheiras e Companheiros

Apresentamos à militância dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos da região Sudeste o documento final do VII Encontro Regional de Educação de Jovens e Adultos realizado na cidade do Rio de Janeiro, nos dias 25 a 27 de julho de 2025, nas dependências da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, campus Maracanã.

Reafirmamos nesse encontro o caráter ético, político, social, cultural dos Fóruns de EJA do Sudeste e, por conseguinte do Brasil, na defesa intransigente de uma política nacional de Educação de Jovens e Adultos que seja coerente com a luta histórica desses coletivos militantes pelo direito à educação àqueles que o tiveram negado em suas histórias de vida anteriormente.

Ressaltamos que, tanto no aspecto da representatividade, quanto da mobilização e combatividade, o VII EREJA Sudeste foi um encontro marcante pela horizontalidade, pelo diálogo, pelo respeito às diferenças e divergências de conceitos, concepções e temas e, por isso, sendo avaliado pelos participantes como potente e fortalecedor para a continuidade da luta dos Fóruns de EJA da região.

Composição da coordenação organizadora

Fórum Rio de Janeiro

José Carlos Lima de Souza

Kátia Regina das Chagas Moura

Fórum São Paulo

Caio Vinicius de Castro Gerbelli

Izaura Naomi Yoshioka Martins

Fórum Espírito Santo

Carlos Fabian de Carvalho

Tatiana Silva Machado de Oliveira

Fórum Minas Gerais

Airam Regina de Aquino Martins

Mônica da Conceição Gomes Silva

Equipe de Sistematização do Documento Final

Caio Vinicius de Castro Gerbelli

José Carlos Lima de Souza

Tatiana Silva Machado de Oliveira

AGRADECIMENTOS

Para a realização do VII Encontro Regional de Educação de Jovens e Adultos contamos com o apoio de diversas entidades, pessoas, grupos e movimentos. Sempre em ação coletiva, estruturamos o VII EREJA na Universidade Estadual do Rio de Janeiro com muita potência política, cultural e social em defesa da EJA e do direito à Educação.

Agradecemos a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a reitoria e a direção da Faculdade de Educação pelo reconhecimento da importância da EJA, pelo acolhimento, apoio e disponibilização das dependências da universidade para a realização do encontro.

Agradecemos efusivamente aos estudantes universitários da UERJ. A Anna Beatriz Ayres De Azevedo Souza, Bruna De Oliveira Dell Isola, Bruno Silva De Oliveira, Carolayne Pereira Menezes, Caroline Souza De Oliveira Ramalho, Clara Leão Araújo De França Delgado Da Freitas, Conceição Correia Fernandes Da Silva, Jefferson De Oliveira Soares, Josefina Martins Da Silva, Lara Anne De Brites Freire, Leandra De Oliveira Nascimento, Letícia Helena De Abreu, Lidiane De Oliveira Pereira Dos Santos, Lohraine Silva Affonso, Luiza De Almeida Da Cruz Campos, Mylena Mercedes De Souza, Sarah Julie Paiva Do Nascimento, Thais De Souza Germano, Yasmin De Souza Chiappeta que foram monitores do VII EREJA.

Agradecemos à entidades e movimentos que auxiliaram o VII EREJA: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES/RJ, Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro – SEPE/RJ, Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro – SEPE/Niterói, Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro – SEPE/Regional 3, Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e região – SINPRO/Rio, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Ação Educativa, União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Movimento de Alfabetização – MOVA/SP, Federação dos Servidores Públicos do Rio de Janeiro – FESEP/RJ, Conexões Periféricas e Comitê de Educação do Campo do Espírito Santo.

Agradecemos de maneira especial a direção, a equipe pedagógica e coral de estudantes da EJA da Escola Municipal Vereador Orlando Hungria – Nilópolis e o Colégio AIACOM (Armazém de Ideias e Ações Comunitárias) que abrilhantaram o nosso encontro com suas maravilhosas e potentes apresentações.

À historiadora Cecília Matos, mestrandona em história na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio, agradecemos pela atividade cultural de encerramento com a visita orientada à Pequena África, espaço histórico de luta e resistência da população negra brasileira.

Por fim, a comissão organizadora agradece a todos e todas que se disponibilizaram como delegadas e delegados para o fortalecimento dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos e da luta pelo direito à educação.

SOBRE O VII ENCONTRO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - VII EREJA

Os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos da Região Sudeste, por meio do Fórum Estadual de EJA do Rio de Janeiro, realizaram o VII Encontro Regional de Educação de Jovens e Adultos (VII EREJA). Com caráter mobilizador e deliberativo, o encontro apresentou propostas para garantir a EJA como direito à educação pública, gratuita, democrática, inclusiva, laica e de qualidade social.

O VII EREJA Sudeste aproximou os diferentes segmentos envolvidos com a EJA, promovendo debates sobre políticas públicas municipais e estaduais. A educação, nesse contexto, busca o desenvolvimento integral do ser humano, fundamentada em valores como solidariedade, justiça, autonomia e cidadania, e promove a inclusão social por meio do estímulo ao questionamento, à tomada de decisões e à ação coletiva.

O objetivo é avaliar as políticas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) enquanto modalidade da Educação Básica, considerando sua caracterização como direito público e subjetivo, e propor ações voltadas ao fortalecimento e à efetivação desse direito. Nesse sentido, é fundamental identificar desafios e potencialidades para a construção de propostas de mobilização, criação e implementação de estratégias que assegurem o pleno exercício da EJA.

Além disso, busca-se compreender, alinhar e orientar as ações dos Fóruns de EJA em âmbito municipal, estadual e regional, contribuindo para a consolidação de políticas públicas efetivas e sustentáveis. A reflexão sobre os desafios estruturais e operacionais da organização e da defesa da Política Pública Nacional de EJA é central, especialmente no que se refere à ampliação do acesso, à garantia de permanência dos estudantes e à promoção da qualidade social da oferta educativa.

Por fim, pretende-se elaborar uma agenda articulada de lutas e ações políticas dos Fóruns de EJA em todos os níveis — municipal, microrregional, estadual, regional e nacional — visando à implementação e ao fortalecimento da Política Nacional de EJA, em estreita articulação com organizações de trabalhadores e trabalhadoras e demais sujeitos sociais que reivindicam o direito à educação ao longo da vida.

SOBRE A UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ



A UERJ foi fundada em 4 de dezembro de 1950, inicialmente com o nome de Universidade do Distrito Federal (UDF). Após a transferência da capital para Brasília, em 1961, passou a se chamar Universidade do Estado da Guanabara (UEG) e, finalmente, com a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro em 1975, recebeu o nome atual: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Desde sua origem, a UERJ destacou-se por seu caráter pioneiro e inclusivo. Foi uma das primeiras universidades brasileiras a adotar o sistema de cotas sociais e raciais, em 2003, tornando-se referência nacional na democratização do acesso ao ensino superior.

A universidade possui diversos campi, sendo o principal o Campus Maracanã, localizado na capital fluminense. Também mantém unidades em cidades do interior, como Duque de Caxias, Resende, São Gonçalo, Nova Friburgo e Petrópolis, ampliando sua presença e impacto regional.

A UERJ oferece cursos de graduação, pós-graduação, extensão e pesquisa em praticamente todas as áreas do conhecimento — das ciências humanas e sociais às engenharias, ciências da saúde e artes. Sua produção científica é reconhecida nacional e internacionalmente, e a instituição é um polo importante de formação de professores, profissionais da saúde e pesquisadores.

SOBRE O CAMPUS FRANCISCO NEGRÃO DE LIMA (MARACANÃ) – SEDE

A história do campus Maracanã está intimamente relacionada com o processo de desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro. A Favela do Esqueleto é um importante capítulo da história da universidade e da cidade do Rio de Janeiro. A favela surgiu nos anos 1930, após a interrupção das obras do Hospital das Clínicas da Universidade do Brasil. Moradores construíram seus barracos em torno do esqueleto do prédio, que ficou conhecido como "Esqueleto". A favela cresceu e se tornou uma das maiores da cidade, com diferentes tipos de habitações, desde barracos mais precários até construções mais elaboradas.

Com o passar dos anos, o local se transformou em uma favela consolidada, com centenas de barracos e intensa vida comunitária. Moravam ali trabalhadores de baixa renda, muitos vindos do interior ou de outros estados, que encontraram no Esqueleto um espaço para viver diante da falta de políticas habitacionais.

Nos anos 1960, o governo estadual decidiu retomar a área para construir a Universidade do Estado da Guanabara (UEG), atual UERJ. Assim, a Favela do Esqueleto foi removida, e seus moradores foram reassentados principalmente na

recém-criada Cidade de Deus, em Jacarepaguá — um dos maiores conjuntos habitacionais do país à época.

A história da Favela do Esqueleto e sua relação com a UERJ, incluindo a política de remoções e a construção do campus, é um tema que tem sido objeto de pesquisa e debate. A Favela do Esqueleto é lembrada como um espaço de resistência e memória para os moradores da cidade e um símbolo da disputa pela cidade e pela cidadania.

Atualmente o campus Maracanã abriga diversos cursos de graduação e pós-graduação, além de contar com infraestrutura completa, incluindo bibliotecas, auditórios e laboratórios. O campus também é conhecido por seus espaços culturais, como o Teatro Odylo Costa Filho e a Concha Acústica Marielle Franco.

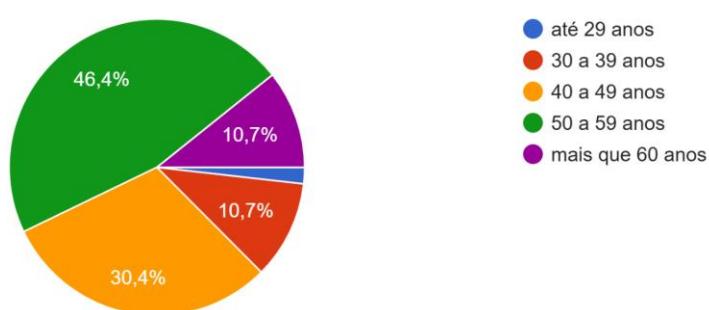
COMPOSIÇÃO DAS DELEGADAS E DELEGADOS

As participantes do VII EREJA Sudeste foram delegadas eleitas pelos quatro Fóruns Estaduais da Região Sudeste, com até quinze representantes por estado. Elas terão direito a voz e voto em todas as etapas do encontro e poderão representar diversos segmentos, como Educandas, Educadoras, Gestoras, Docente e Discente da Educação Superior, ONG, Sistema S, Movimento Social e Movimento Sindical, sem obrigatoriedade de todos estarem contemplados.

A seguir são apresentados os dados de inscrição das delegadas que participaram o VII EREJA Sudeste

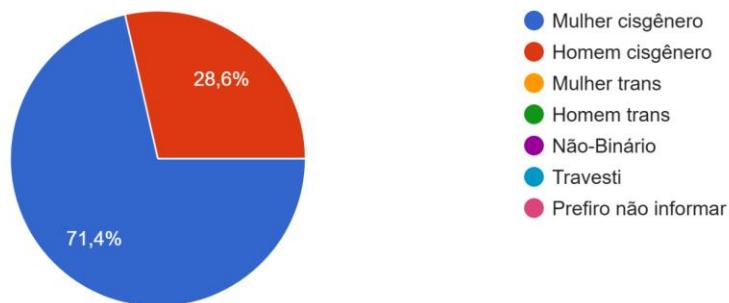
Faixa etária:

56 respostas



Autoidentificação de gênero

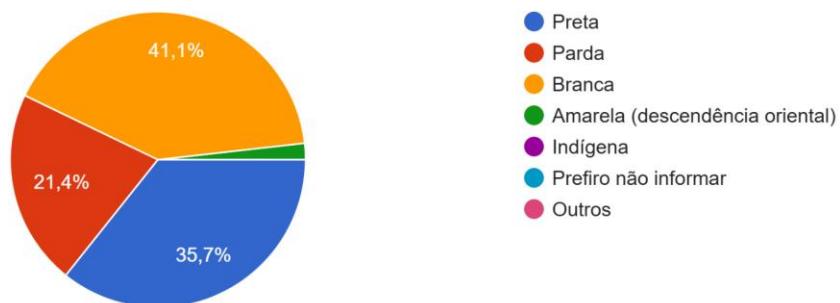
56 respostas



- Mulher cisgênero
- Homem cisgênero
- Mulher trans
- Homem trans
- Não-Binário
- Travesti
- Prefiro não informar

Autoidentificação de raça/cor/etnia

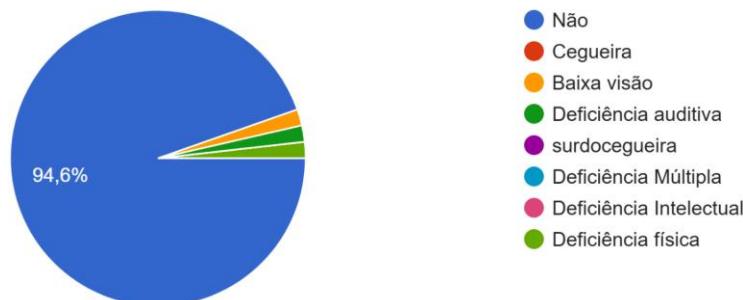
56 respostas



- Preta
- Parda
- Branca
- Amarela (descendência oriental)
- Indígena
- Prefiro não informar
- Outros

Pessoa com deficiência e/ou mobilidade reduzida

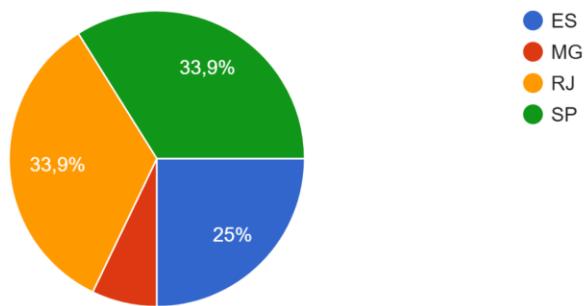
56 respostas



- Não
- Cegueira
- Baixa visão
- Deficiência auditiva
- surdocegueira
- Deficiência Múltipla
- Deficiência Intelectual
- Deficiência física

Fórum de EJA:

56 respostas



Podemos constatar que a composição do VII EREJA é amplamente feminina em todos os segmentos e com a presença de educadoras da Educação Básica como maioria na representação. Sobre a questão racial do encontro, 35,7% se autodeclararam pessoas pretas, 21,4% pardas, totalizando 57,1% da delegação, ou seja, 31 pessoas negras.

Destacamos, também, que 87,5% das delegadas são pessoas a partir de 40 anos, representando um total de 49 pessoas. Esse retrato demonstra o desafio colocado que é agregar novas representações dentro dos diversos segmentos que possam vir a somar na defesa das pautas de luta, pela garantia do direito à educação para todas as pessoas.

Outra questão que segue nos desafiando é a pequena presença de educandas¹ da Educação de Jovens e Adultos nos encontros. No VII EREJA Sudeste, tivemos a participação de 8,9% de pessoas, correspondendo a 6 educandas dos estados do Espírito Santo (1), Rio de Janeiro (2), São Paulo (3)

PROGRAMAÇÃO

Dia 25/07/2025

HORÁRIO	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
08h00	Credenciamento 9º Andar: Entrada do auditório 91	Comissão Local

¹ Por opção política, este regimento se refere às pessoas no gênero feminino, por entender que os coletivos que constituem o VII EREJA Sudeste são compostos majoritariamente por mulheres.

Dia 25/07/2025		
HORÁRIO	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
08h30	Boas-vindas	Comissão Organizadora VII EREJA Tatiana Oliveira - Fórum EJA ES José Carlos - Fórum EJA RJ Caio Gerbelli - Fórum EJA SP Washington Dener - Diretor da Faculdade de Educação da UERJ
08h40	Mística	Comissão Local: Flávia Rodrigues - Fórum EJA RJ Renato Pontes - Fórum EJA RJ
08h50	Apresentação das delegações	Fóruns EJA da região Sudeste
09h00	Aprovação do regimento	Caio Gerbelli - Fórum São Paulo
09h10	Mesa de abertura: Análise de conjuntura pelos estados	Izaura Naomi - Fórum EJA São Paulo Alessandra Nicodemos - Fórum EJA Rio de Janeiro Abigail Maria da Silva de Paula - Fórum EJA Minas Gerais Tatiana Oliveira - Fórum EJA Espírito Santo Mediação: Adriana Barbosa - Fórum EJA RJ Relatoria: Mariana Cassab - Fórum EJA MG
10h30	Panorama do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos nos territórios	Sistematizadores do Pacto José Carlos Lima de Souza - Fórum EJA RJ Nivia Zanardo - Fórum EJA SP Carlos Fabian de Carvalho - Fórum EJA ES Mediação: Caio Gerbelli - Fórum EJA SP Relatoria: Geovana Melin e Mariane Berger - Fórum EJA ES
11h20	Plenária Pacto	Mediação: Luiz Cláudio- Fórum EJA RJ

Dia 25/07/2025		
HORÁRIO	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
		Relatoria: Mariana Cassab e Abigail Maria da Silva de Paula - Fórum EJA MG
12h00	Almoço	
13h30	Tema 1: Diretrizes Operacionais EJA 2025 e Diretrizes curriculares para a Educação de Jovens e Adultos	Adriana Pereira da Silva - Fórum EJA SP Mediação: Tatiana Oliveira - Fórum EJA ES Relatoria: Cláudia Araujo dos Santos Bayerl e Sandra Regina Cardoso de Brito - Fórum EJA RJ
14h40	Plenária sobre o Tema 1	Mediação: Tatiana Santana - Fórum EJA ES Denise Carreira - Fórum EJA SP Relatoria: Geovana Melin Mariane Berger - Fórum EJA ES
17h00	Lanche com Atividade Cultural	Comissão Local
18h00	Tema 2: Idade mínima: O que fundamenta a posição dos Fóruns de EJA do Brasil	Edna Castro - Fórum EJA ES Mediação: Flávia Rodrigues - Fórum EJA RJ Relatoria: Nivia Zanardo e Maria Alice Zacharias - Fórum EJA SP
19h00	Plenária sobre o tema 2	Mediação: Tatiana Oliveira - Fórum EJA ES e Caio Gerbelli - Fórum EJA SP Relatoria: Cláudia Araujo dos Santos Bayerl e Sandra Regina Cardoso de Brito - Fórum EJA RJ
20h30	Mesa Saberes e Sabores	Comissão Local e Comissão Organizadora

Dia 26/07/2025		
HORÁRIO	ATIVIDADE	OBSERVAÇÃO
8h00	Mística	Fórum EJA Espírito Santo

08h30	Plenária de construção da agenda de luta	Mediação: Carlos Fabian - Fórum EJA ES José Carlos Lima de Souza - Fórum EJA RJ Relatoria: Nivia Zanardo e Maria Alice Zacharias - Fórum EJA SP
12h00	Almoço	
13h30	Reunião por segmento	Professores da Educação Básica - RAV 122; Professores do Ensino Superior - RAV 124; Gestores - 12050 F; Movimentos Sociais - 12015 F; Estudantes da EJA - 12016 F; Estudantes da Graduação - 12010 F
14h30	Plenária Final	Alessandra Nicodemos - Fórum de EJA RJ; Lucillo Souza - Fórum de EJA ES e Izaura Naomi - Fórum de EJA SP Relatoria: Toda equipe de relatoras
16h00	Mística de passagem	Cristiane Fialho - Fórum EJA SP
16h30	Encerramento	José Carlos Lima de Souza - Fórum EJA RJ

Dia 27/07/2025		
09h00	Atividade Cultural e despedida das delegações. Atividade externa, que é uma aula-passeio, guiada pela professora Cecília Matos, historiadora e professora de História, mestrandra do PROFHISTÓRIA pela Unirio, pelo centro do Rio. Vamos nos encontrar na Praça XV de Novembro e caminhar até a região da Pequena África, onde visitaremos o Cais do Valongo, o Cemitério dos	Fórum EJA RJ

	<p>Pretos Novos e o Museu da História e da Cultura Afro-brasileira - MUHCAB.</p> <p>Encerraremos a visita com um almoço no Largo de São Francisco da Prainha.</p> <p>Nesse encontro, vamos conhecer e reconhecer uma parte da história negra do Rio de Janeiro e discutir sobre as tentativas de apagamento que afetam esse território.</p> <p>É um convite ao olhar sobre os vestígios e as camadas de história e memória que compõem a cidade.</p>	
--	--	--

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I

DA REALIZAÇÃO, DO CARÁTER E DA ORGANIZAÇÃO DO ENCONTRO

Art. 1º Os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos da Região Sudeste, por meio do Fórum Estadual de EJA do Rio de Janeiro realizarão o VII Encontro Regional de Educação de Jovens e Adultos (VII - EREJA).

Art. 2º O VII EREJA Sudeste possui caráter mobilizador e deliberativo e apresentará um conjunto de propostas relativas à garantia da modalidade como Direito à educação de qualidade social, pública, gratuita, democrática, inclusiva e laica.

§ 1º O VII EREJA Sudeste pretende possibilitar uma aproximação dos segmentos envolvidos com a EJA sobre questões centrais para a proposição de políticas de EJA nos governos municipais e estaduais.

§ 2º A concepção de qualidade social com a qual trabalhamos implica prover educação pública com qualidade socialmente referenciada e adequada aos interesses da maioria da população, tendo como valores fundamentais a solidariedade, a justiça, a honestidade, o conhecimento, a autonomia, a liberdade e a ampliação da cidadania. Como consequência, alcançaremos a inclusão social, por meio da qual todas as pessoas brasileiras tornar-se-ão aptas ao questionamento, à

problematização, à tomada de decisões, buscando as ações coletivas possíveis e necessárias ao encaminhamento dos problemas de cada um, da comunidade e da sociedade onde vivem e trabalham. A educação, nessa perspectiva, dirige-se ao ser humano integral, considerando todas as dimensões de sua relação com o mundo

Art. 3º O VII EREJA Sudeste ocorrerá nos dias 25, 26 e 27 de julho de 2025, em formato presencial, nas instalações da UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO UERJ – CAMPUS MARACANÃ.

Art. 4º As participantes do VII EREJA Sudeste serão as delegadas² dos quatro estados da Região Sudeste cabendo a cada Fórum eleger até 15 delegadas.

§1º As inscrições serão realizadas por cada delegada por meio de formulário próprio, através do QRCode abaixo.

§2º As delegadas, eleitas representantes dos quatro Fóruns Estaduais de EJA terão direito a voz e voto em todos os momentos do VII EREJA.

§3º As delegadas deverão representar os segmentos de Educanda, Educadora, Gestora, Docente da Educação Superior, Discente da Educação Superior, ONG, Sistema S, Movimento Social e Movimento Sindical, sem obrigatoriedade de que todos os segmentos sejam representados na delegação.

§4º Caso algum Fórum não preencha suas 15 vagas haverá distribuição de vagas remanescentes aos solicitantes conforme data e critérios estabelecidos pelo Comissão de Organização do encontro.

§5º A formação das delegadas é de responsabilidade da coordenação estadual de maneira a assegurar sua compreensão do VII EREJA Sudeste como um encontro de trabalho com objetivos concretos resultantes dos trabalhos em Grupos e Plenária Deliberativa.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 5º A realização deste Encontro, com a participação de delegadas, representantes dos diversos segmentos que compõem cada um dos 04 (quatro) Fóruns Estaduais da região Sudeste, tem como objetivo:

a) Avaliar as políticas de EJA como modalidade da Educação Básica e sua definição como direito público e subjetivo, traçando ações para o avanço deste direito,

² Por opção política, este regimento se refere às pessoas no gênero feminino, por entender que os coletivos que constituem o VII EREJA Sudeste são compostos majoritariamente por mulheres.

identificando desafios para a construção de propostas de mobilização e de criação e implementação de novas possibilidades de efetivação do direito à EJA;

b) Avaliar as políticas de EJA como modalidade da Educação Básica e sua definição como direito público e subjetivo, traçando ações, identificando desafios para a construção de propostas de mobilização para implementação de novas possibilidades de fortalecimento do direito à EJA

c) Compreender e direcionar as ações dos Fóruns de EJA de cada Estado, região ou município na direção da conquista efetiva da política pública de EJA.

d) Refletir sobre os desafios para organização da luta em defesa da Política Pública Nacional de EJA e sua implementação nos Estados e Municípios, com a ampliação do acesso, mecanismos indutores e possibilidades da permanência, como qualidade social.

e) Construir uma agenda de lutas para a ação política dos Fóruns de EJA no âmbito dos municípios, microrregiões, unidades da federação, regiões e nacionalmente, com vistas a implementação da política Nacional de EJA, articulando as organizações dos trabalhadores/as que demandam o direito à EJA.

§ 1º O Encontro deverá também fazer um balanço de ações político pedagógicas que ainda representam desafios para a EJA e buscar construir propostas de mobilização e de criação de novas possibilidades de efetivação do direito à EJA.

§ 2º Os Fóruns de EJA da região Sudeste têm no VII EREJA Sudeste um momento de interlocução e fortalecimento com vistas à construção de estratégias para se alcançar uma política pública de Educação de Jovens e Adultos, observado a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9394/96 (LDB), a Lei 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação (PNE/2014), os Planos Estaduais de Educação, o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos - EJA - Resolução CNE/CEB nº 3, de 8 de abril de 2025, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos - RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, DE 5 de julho de 2000, a pauta nacional dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos e os encaminhamentos resultantes do XVIII ENEJA - Belém.

CAPÍTULO III DO TEMÁRIO E DA PROGRAMAÇÃO

Art. 6º O tema central VII EREJA Sudeste será: **Sudeste em luta por uma política nacional de EJA.**

Parágrafo Único: O VII EREJA Sudeste caracteriza-se como uma reunião de trabalho que visa a interlocução e fortalecimento dos Fóruns de EJA, com vistas à construção de estratégias para se alcançar uma política pública de Estado comprometida com o bem comum, com atenção às funções reparadora, equalizadora e qualificadora e com as diretrizes reguladoras específicas da modalidade.

Art. 7º Organização do VII EREJA Sudeste se dará com a seguinte programação:

PROGRAMAÇÃO		
Dia 25/07/2025		
HORÁRIO	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
08h00	Credenciamento 11º Andar: Entrada do auditório 111	Comissão Local
08h30	Boas-vindas	Comissão Organizadora VII EREJA Tatiana Oliveira - Fórum EJA ES José Carlos - Fórum EJA RJ Caio Gerbelli - Fórum EJA SP Washington Dener - Diretor da Faculdade de Educação da UERJ
08h40	Mística	Comissão Local: Flávia Rodrigues - Fórum EJA RJ Renato Pontes - Fórum EJA RJ
08h50	Apresentação das delegações	Fóruns EJA da região Sudeste
09h00	Aprovação do regimento	Caio Gerbelli - Fórum São Paulo
09h10	Mesa de abertura: Análise de conjuntura pelos estados	Izaura Naomi - Fórum EJA São Paulo Alessandra Nicodemos - Fórum EJA Rio de Janeiro Abigail Maria da Silva de Paula - Fórum EJA Minas Gerais Tatiana Oliveira - Fórum EJA Espírito Santo Mediação: Adriana Barbosa - Fórum EJA RJ Relatoria: Mariana Cassab Fórum EJA MG

Dia 25/07/2025		
HORÁRIO	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
10h30	Panorama do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos nos territórios	Sistematizadores do Pacto José Carlos Lima de Souza - Fórum EJA RJ Nivia Zanardo - Fórum EJA SP Carlos Fabian de Carvalho - Fórum EJA ES Mediação: Caio Gerbelli - Fórum EJA SP Relatoria: Geovana Melin Mariane Berger - Fórum EJA ES
11h20	Plenária Pacto	Mediação: Mediação: Luiz Cláudio- Fórum EJA RJ Relatoria: Mariana Cassab e Abigail Maria da Silva de Paula - Fórum EJA MG
12h00	Almoço	
13h30	Tema 1: Diretrizes Operacionais EJA 2025 e Diretrizes curriculares para a Educação de Jovens e Adultos	Adriana Pereira da Silva - Fórum EJA SP Mediação: Tatiana Oliveira - Fórum EJA ES Relatoria: Cláudia Araujo dos Santos Bayerl e Sandra Regina Cardoso de Brito - Fórum EJA RJ
14h40	Plenária sobre o Tema 1	Mediação: Tatiana Santana - Fórum EJA ES Denise Carreira - Fórum EJA SP Relatoria: Geovana Melin Mariane Berger - Fórum EJA ES
17h00	Lanche com Atividade Cultural	Comissão Local
18h00	Tema 2: Idade mínima: O que fundamenta a posição dos Fóruns de EJA do Brasil	Edna Castro - Fórum EJA ES Mediação: Flávia Rodrigues - Fórum EJA RJ

Dia 25/07/2025		
HORÁRIO	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
		Relatoria: Nivia Zanardo e Maria Alice Zacharias - Fórum EJA SP
19h00	Plenária sobre o tema 2	Mediação: Tatiana Oliveira - Fórum EJA ES e Caio Gerbelli - Fórum EJA SP Relatoria: Cláudia Araujo dos Santos Bayerl e Sandra Regina Cardoso de Brito - Fórum EJA RJ
20h30	Mesa Saberes e Sabores	Comissão Local e Comissão Organizadora

Dia 26/07/2025		
HORÁRIO	ATIVIDADE	OBSERVAÇÃO
8h00	Mística	Fórum EJA Espírito Santo
08h30	Plenária de construção da agenda de luta	Mediação: Carlos Fabian - Fórum EJA ES José Carlos Lima de Souza - Fórum EJA RJ Relatoria: Nivia Zanardo e Maria Alice Zacharias - Fórum EJA SP
12h00	Almoço	
13h30	Reunião por segmento	Professores da Educação Básica - RAV 122; Professores do Ensino Superior - RAV 124; Gestores - 12050 F; Movimentos Sociais - 12015 F; Estudantes da EJA - 12016 F; Estudantes da Graduação - 12010 F
14h30	Plenária Final	Alessandra Nicodemos - Fórum de EJA RJ; Lucillo Souza - Fórum de EJA ES e Izaura Naomi - Fórum de EJA SP Relatoria: Toda equipe de relatoras
16h00	Mística de passagem	Cristiane Fialho - Fórum EJA SP
16h30	Encerramento	José Carlos Lima de Souza - Fórum EJA RJ

Dia 27/07/2025		
09h00	<p>Atividade Cultural e despedida das delegações.</p> <p>Atividade externa, que é uma aula-passeio, guiada pela professora Cecília Matos, historiadora e professora de História, mestrandra do PROFHISTÓRIA pela Unirio, pelo centro do Rio.</p> <p>Vamos nos encontrar na Praça XV de Novembro e caminhar até a região da Pequena África, onde visitaremos o Cais do Valongo, o Cemitério dos Pretos Novos e o Museu da História e da Cultura Afro-brasileira - MUHCAB.</p> <p>Encerraremos a visita com um almoço no Largo de São Francisco da Prainha.</p> <p>Nesse encontro, vamos conhecer e reconhecer uma parte da história negra do Rio de Janeiro e discutir sobre as tentativas de apagamento que afetam esse território.</p> <p>É um convite ao olhar sobre os vestígios e as camadas de história e memória que compõem a cidade.</p>	Fórum EJA RJ

CAPÍTULO IV

DA METODOLOGIA DE TRABALHO

Art. 8º. Os debates em todos os momentos do VII EREJA deverão orientar-se por uma visão ampla, abrangente, inclusiva e sistêmica da educação, primando pela garantia do processo democrático, pelo respeito mútuo entre as participantes, pela promoção da pluralidade de ideias, identidades e expressões, pela consideração à

representatividade dos segmentos e movimentos sociais e pelo fortalecimento da articulação entre os entes federados.

§1º As plenárias terão a seguinte dinâmica: Após as explanações sobre os temas propostos em cada mesa e com base nos documentos referentes previamente compartilhados com as delegações, as plenárias se darão a partir das reflexões, debates e proposições que articulem a construção da nossa agenda de lutas.

§2º O tempo destinado para falas será de até 03 (três) minutos.

§3º A sistematização das propostas oriundas das plenárias considerará as questões problematizadoras apresentadas nos documentos orientadores das discussões do VII EREJA.

§4º Construção de TRÊS proposições, observando que somente serão consideradas propostas completas que tragam explícito quem faz, o que faz, como faz, onde faz, quando faz, com que recursos faz. A relatora terá um formulário específico para o registro das proposições.

§5º. A comissão de sistematização será constituída por um grupo de pessoas, membros dos Fóruns de EJA, com experiência em relatoria e sistematização a fim de se garantir a fluidez e qualidade dos trabalhos nas plenárias.

§6º. Cada plenária contará com dois relatores de fóruns que não estejam na mediação e condução do tema debatido

Art. 9º As reuniões por segmento terão a seguinte organização:

I - A escolha da Coordenadora e Relatora será feita na hora com as participantes do segmento na reunião, bem como a dinâmica de discussão. Caso desejem, as participantes podem apresentar proposições para a plenária final, que deverão ser entregues pela relatora escolhida para algum integrante da Comissão de relatoria no sábado.

Art. 10º A dinâmica da plenária final será de:

I - Apresentação das propostas oriundas das temáticas, dos debates e da reunião dos segmentos do VII EREJA, que não tiveram consenso nas plenárias anteriores, sendo apresentadas por um membro da Comissão de sistematização.

II - Leitura de todas as propostas e levantamento dos destaques.

III - Debate sobre cada destaque apresentado.

IV - Apresentação e apreciação de Moções.

§1º Em caso de impossibilidade na construção de consensos, serão encaminhadas manifestações favorável e contrária ao destaque em questão, para, em seguida, se

proceder à votação, cuja decisão será por maioria simples dos votos das delegadas presentes na Plenária.

§2º O tempo destinado para as defesas favorável e contrária será de até 03 (três) minutos.

§3º A coordenação da mesa, consultando a plenária, se for necessário, decidirá pela quantidade de manifestações favoráveis e contrárias, além do ajuste do tempo de fala, para garantir o bom andamento dos trabalhos.

§4º As propostas que não sofrerem destaques serão consideradas aprovadas pela plenária.

§5º Deverão ser propostas para garantir a Pauta Regional de EJA e, portanto, de factível execução pelos Fóruns de EJA.

§6º As propostas aprovadas nas plenárias integrarão o Documento final do VII EREJA.

Art.11 Não serão aceitas novas propostas na plenária final.

Art.12 Cada Fórum de EJA deverá encaminhar o nome de duas delegadas que tenham experiência com relatoria para compor a Comissão de Relatoria que se reunirá no horário do almoço para sistematização das propostas das plenárias.

SEÇÃO I DAS MOÇÕES

Art. 14. As delegadas poderão apresentar moções com conteúdo de caráter nacional, regional ou local.

§1º As moções deverão ser apresentadas formalmente e serão recebidas pela coordenação do VII EREJA Sudeste em tempo de serem apreciadas pela plenária final, ou seja, até às 10h do dia 26 de julho de 2025.

§2º As moções deverão ter, no máximo, uma lauda e não poderão substituir ou reformar as deliberações do VII EREJA Sudeste.

§3º As moções terão sua admissibilidade avaliada pela Comissão de Sistematização, segundo os critérios acima enunciados e serão encaminhadas para deliberação na Plenária Final.

CAPÍTULO VI DA IDENTIDADE VISUAL DO EREJA

Art. 15. Na abertura do encontro, após a leitura do regimento, as delegadas deliberarão sobre a identidade visual que representará os Encontros Regionais de Educação de Jovens e Adultos

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela comissão organizadora do VII EREJA Sudeste

DOCUMENTO FINAL APROVADO

25/07/2025

ANÁLISE DE CONJUNTURA PELOS ESTADOS

Izaura Naomi - Fórum EJA São Paulo
Alessandra Nicodemos - Fórum EJA Rio de Janeiro
Abigail de Paula - Fórum EJA Minas Gerais
Tatiana Oliveira - Fórum EJA Espírito Santo

Mediação: Adriana Barbosa - Fórum EJA RJ

Relatoria: Mariana Cassab - Fórum EJA MG

São Paulo

Dados de matrícula de EJA no estado de SP

- 12 milhões de adultos sem diploma, enquanto a EJA da rede estadual perdeu mais da metade das matrículas em 5 anos. Queda de 25% do número de escolas ofertantes da EJA.
- Apresenta dados referentes ao Censo de 2022, 2023 e 2024 – Médio (parcial, integral); EJA presencial fundamental e médio.
- Faz referência à Nota técnica desenvolvida por pesquisadores paulistas (REPU - [Rede Escola Pública e Universidade](#)), na qual é problematizado o impacto da instalação do Programa de Educação Integral para a oferta da EJA e do ensino noturno, apontando queda de matrículas.

Ações do Fórum EJA SP:

- Implicado com a campanha de adesão ao Pacto.
- Realização de uma live com a professora Cláudia e as plenárias mensais.
- Promoção de um encontro em maio com os formadores regionais – Revisitando os fundamentos do direito à EJA.

- Apresenta as plenárias mensais realizadas

Minas Gerais

- Assinala o cenário de redução de matrículas em nível nacional e a carência de educadores da EJA na cidade de Ituiutaba.
- Menciona a questão da formação dos profissionais atuantes na EJA e a ação do estado de MG: EJA Novos Rumos. A questão da formação segue sendo um desafio. Não há uma política.
- Outro aspecto diz respeito às tecnologias.

Rio de Janeiro

A partir da noção de Contrarreformas educacionais, discorre:

- Exames de certificação: No Rio de Janeiro: Exame de certificação denominado: “segunda chance” – todos os alunos foram incluídos em uma lista compulsória e induzidos a participar do exame. Com base em dados divulgados pelo INEP, afirma que tem mais alunos inscritos no ENCCEJA do que em matrículas de EJA nas redes.
- Destaca a diferença entre o número de inscritos, quem comparece à prova e quem obtém a certificação. O número de inscritos é significativamente maior em relação aos que comparecem à prova, enquanto a taxa de sucesso no exame é alta. Considerar que a aprovação é por área de conhecimento.
- Destaca-se o caso do município de Rio das Ostras – política de ajuste da distorção idade-série com alto índice de aprovação no exame.
- Menciona a ação política do fórum junto a alguns deputados de pauta progressista para produção de um protocolo para fechamento das escolas ofertantes da EJA, o que, na sua avaliação, tem tido alguma força para conter a redução de escolas fechadas.
- Reformas curriculares para EJA no ensino fundamental no Rio de Janeiro. Menciona pesquisa que busca compreender os impactos da publicação da BNCC na produção das políticas curriculares municipais.
- “Programa EJA Rio +”: trabalho de colaboração com a Fundação Getúlio Vargas.
- Qualificação técnico-profissional: empreendedorismo.

Espírito Santo

- Paulo Hartung e Renato Casagrande (governadores) – políticas que há mais de 20 anos alternam a gestão do governo estadual do ES.
- Grande força da atuação da iniciativa privada nos rumos da educação pública e adesão a processos de avaliações externas. Menciona “Espírito Santo em Ação” — ONG inspirada em modelos do Ceará. Atua por meio de concepções gerencialistas de educação, atendendo aos interesses de grupo privado (empresas de comunicação, construção civil, transporte). Período de enxugamento do financiamento estatal, implicando em fechamento de escolas, perda de conquistas trabalhistas.
- Proposta de escola de tempo integral – Escola Viva – repercute na redução da oferta de matrículas da EJA.
- Seleção de gestores pelo ICE, isto é,
- Apresenta as taxas de analfabetismo no estado de ES assinalando os recortes de sexo, raça e cor.
- Demanda de 26.000 - Matrículas: 3.600 - 57 municípios não ofertam a EJA no ES.
- Oferta do Proeja apenas em Vitória.

Desafios e agendas

- Universalidade da oferta de EJA em todos os municípios de ES.
- Ampliação da oferta de primeiro segmento da EJA em todos os municípios.
- Ampliação da oferta de cursos PROEJA para os 27 IFES.
- Retomada da formação inicial e continuada, coordenada pela UFES e IFES.

Propostas discutidas na plenária:

- A importância de compreender os efeitos articulados das diversas políticas educacionais no contexto da EJA.
- Ampliar o diálogo com os outros movimentos sociais e grupos organizados.
- Levantar a bandeira de que educação é para todos e todas e problematização dos contornos da EJA escolar.
- Problematizar os desafios de ocupar os espaços institucionais de representação.

Propostas aprovadas

- Ampliação do diálogo com os movimentos sociais/populares organizados em torno da defesa do direito à educação.
- Reafirmação da luta em torno da Educação como direito de todas as pessoas e a universalização como princípio das políticas públicas.
- Problematizar os formatos de escolarização da EJA que não reconhecem a educação popular como princípio.
- Compreender e denunciar os efeitos cruzados das políticas educacionais no contexto da EJA, problematizando os desafios e ocupando os espaços institucionais de representação.

PANORAMA DO PACTO NACIONAL PELA SUPERAÇÃO DO ANALFABETISMO E QUALIFICAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NOS TERRITÓRIOS

Sistematizadores do Pacto

Nivia Zanardo - Fórum EJA SP

José Carlos Lima de Souza - Fórum EJA RJ

Carlos Fabian de Carvalho - Fórum EJA ES

Mediação da mesa: Caio Gerbelli - Fórum EJA SP

Relatoria da mesa: Geovana Melin e Mariane Berger - Fórum EJA ES

Ementa: Esta mesa tem como objetivo apresentar o trabalho realizado pela formação em serviço oferecida pela SECADI/MEC, através do Instituto Federal de Farroupilha/RS (IFFAR/RS), cujas atividades, coordenadas pela Profa. Liana Borges, companheira do Fórum EJA RS, vêm sendo realizadas por membros indicados pelos Fóruns de EJA do Brasil, compondo uma equipe de 27 sistematizadoras, cada qual desenvolvendo um trabalho de sistematização da formação que ocorre paralelamente ao processo de implantação das ações previstas pelo pacto nos entes federados em que atuam.

Deste modo, não se trata de apresentar números de matrícula após vigência do Pacto Nacional, até porque ainda não foram socializados de maneira oficial, mas

de relatar o plano de sistematização elaborado coletivamente, e tratar de como vem sendo acompanhado o processo nos estados, analisando impactos iniciais da política, contradições e avanços. Na região Sudeste os sistematizadores são Nívia Zanardo/SP, Marcos Petraglia/MG, Carlos Fabian de Carvalho/ES e José Carlos Lima de Souza/RJ.

Relatoria da Mesa

São Paulo

Os Fóruns de EJA do Brasil em diálogo com a Secadi/MEC propuseram a indicação de representantes do movimento em cada estado/Distrito Federal para atuarem como sistematizadores do Pacto. O trabalho de sistematização é coordenado pela professora Liana Borges (RS) em diálogo com a equipe do Instituto Federal Farroupilha (IFFAR), em que se destacam os seguintes aspectos: o que constitui o Pacto; suas diretrizes, objetivos e ações. Tais aspectos serão acompanhados a partir do trabalho dos sistematizadores nos entes federados, tendo em vista a atuação dos Fóruns de EJA.

Como o Pacto se desdobra em cada estado?

Os sistematizadores do Pacto atuam diretamente com o Instituto Federal Farroupilha (IFFAR) com reuniões semanais, por meio da construção de um plano de trabalho. O grupo de sistematizadores é marcado pela diversidade social, territorial, cultural, de cada estado, sendo que cada encontro, mesmo que virtual, apresenta-se como oportunidade de conhecimento da realidade de cada território.

O trabalho de sistematização se organiza a partir da concepção de sistematização de experiências proposta por Oscar Jara Holliday, a partir de sua obra “o que é sistematizar experiências” (2006).

A metodologia utilizada para a formação em serviço baseia-se em Círculos de Cultura virtuais (CCVs), que por mais que sejam realizados remotamente, não tendo o formato ideal, reúnem de forma síncrona em torno de 5.000 pessoas quinzenalmente, com cerca de 30.000 visualizações, o que indica que é uma ação de formação importante.

Rio de Janeiro

A grande pressão da sociedade civil carioca e fluminense fruto da mobilização do Fórum EJA/RJ incidiu na total adesão ao Pacto pelos municípios e pela secretaria de estado da educação. Tal conquista se deu nos últimos dias do prazo estipulado pelo MEC.

A partir da sondagem junto a formadores regionais e articuladores locais, chamou a atenção o pequeno número de indicados pelo Rio de Janeiro, considerando a complexidade do estado, que tem noventa e dois municípios. Causa espanto também como esses agentes foram indicados, desconsiderando sugestões do Fórum EJA em relação à experiência com a modalidade.

No Rio de Janeiro, considerando o governo atual, há muita dificuldade na articulação entre a governança do Pacto. Há a impressão, com isso, de que não há Pacto.

Até o momento, foram realizados somente dois Círculos de Cultura pela Secretaria Municipal de Educação e não há dados/informações qualificadas sobre as formações, bem como sobre a expansão ou não de matrículas.

Espírito Santo

Na primeira plenária do Fórum EJA ES, no âmbito do Pacto, já havia indicação quanto aos desafios a serem enfrentados pela política: recorte do Pé de Meia (19-24 anos), Formação que não atende à realidade/necessidade das redes e escolas, dificuldade na operacionalização do Pacto no âmbito da Secadi.

O processo de adesão ao Pacto pelos municípios foi marcado por muita tensão e mobilização direta do Fórum EJA/ES, Coordenação Consed e Coordenação Undime: 58 adesões dos 78 municípios.

A adesão ao Pacto no Espírito Santo, também foi marcada pela mudança na gestão municipal por conta das eleições. A partir daí, com a chegada de novos gestores, ocorreram manifestações de desconhecimento, interesse e desinteresse, inclusive com indicação de declínio da adesão por alguns municípios. Nesse momento, também acontece a mudança na Secadi/DPAEJA. Busca-se assim a harmonia de modo que as ações do Pacto fossem realizadas em plena evolução com a articulação da Governança no estado: Coordenação Consed, Coordenação Undime e Fórum EJA ES. Para que a evolução aconteça há a necessidade de estudo

permanente pela equipe da sistematização e necessidade de a Secadi consolidar o fluxo das informações de modo que a Governança do Pacto tenha legitimidade nos Estados e Municípios.

Neste momento, constitui-se um Comitê Intersetorial com as seguintes participações: Consed, Undime, Fórum EJA ES e Ministério Público.

Vale ressaltar que foram realizados 11 encontros nas regiões regionalizadas para explicar sobre o Pacto para os diferentes participantes: representantes das secretarias municipais de educação, de saúde, de assistência social, equipamentos públicos, estudantes, Conselhos de Direito, Defensoria Pública, Lideranças Sindicais, Movimentos Sociais, Lideranças Religiosas, Câmara de Vereadores etc.

Nesses encontros, a possibilidade de conversar com a base numa perspectiva formativa, explicando a conjuntura atual da EJA e o resgate histórico da modalidade.

- Apresentação do Pacto como dispositivo de política pública.
- O caminho agora é produzir constrangimento dentro dos nossos estados, junto aos municípios: é Pacto ou não?
- Conversar in loco com as secretarias municipais de modo a garantir o aumento de matrículas no final do segundo semestre.

Desafios e propostas

- Dimensão territorial do estado, quantitativo dos agentes envolvidos e número de municípios o que dificulta a articulação.
- Dificuldade com a gestão atual que opera com a plataformização e cascateamento das informações.
- Plataformização – cascateamento das informações.
- Realização de lives para sensibilizar os municípios.
- Realização de Seminário do Pacto com a participação dos formadores e articuladores regionais
- Desafios: falta de tempo de estudos sobre a EJA, resistência frente à educação freiriana, muitas ações do Pacto para executar; falta de efetivação das diretrizes do Pacto (como a Secadi está vendo isso?).

Síntese da coordenação da mesa

É preciso pensar o papel do fórum a partir de uma política construída dentro de um cenário de reconfiguração política em que houve uma descoordenação nacional, com estados e municípios sem direcionamento, acentuando o número de municípios sem oferta da modalidade.

Pensar e discutir com os municípios que não aderiram por meio do constrangimento. Identificar cidades com indicadores de vulnerabilidade social, econômica e “convencer” utilizando o critério dos recursos.

Plenária

Mediação: Luis Cláudio - Fórum EJA RJ

Relatoria: Mariana Cassab - Fórum EJA MG

Descontinuidade das políticas educacionais por conta das alterações nas gestões - atrelar a captação de recursos;

Avançar na análise do Pacto como exemplos:

- Adesão ao PBA como opção política do município: isso pode refluir as ações de escolarização;
- PDDE: demanda grande e atendimento aquém;
- Matrículas: as ações do Pacto impactarão as matrículas?

Ameaças a serem enfrentadas no próximo ano por conta do movimento eleitoral; necessidade de consolidação dos avanços do Pacto com proposição de tempo para aperfeiçoamento e aprimoramento da política;

- Como avançar no poder de indução dos entes federados para a redução do quadro de queda de matrículas? Articular isso com o PNE para enraizamento.

AÇÕES	ESTRATÉGIAS	RESPONSÁVEIS
Inclusão da UNCME nas discussões compondo os comitês intersetoriais	Articulação com a UNCME Nacional e Estaduais	Coordenação dos Fóruns EJA de cada estado
Discussão com os municípios	Apresentação da modalidade EJA como	Fórum EJA de cada estado

indicadores de alta vulnerabilidade social e econômica, que não aderiram e com baixa oferta de EJA.	resgate histórico por meio do constrangimento e convencimento utilizando o critério dos recursos	
Reivindicar que a formação seja desenvolvida pelas Universidades locais com autonomia para dialogar com as realidades contextuais.	Indicação à Secadi	Sistematizadores do Pacto
Necessidade de melhor compreensão sobre a Governança do Pacto, as atribuições dos agentes e os recursos atrelados.	Estudos, aprofundamentos e diálogos com a Governança do Pacto nos Estados	Fórum EJA em cada Estado (sistematizadores)
Monitoramento das Chamadas Públicas para a EJA	Articulação junto aos Comitês Intersetoriais em cada estado	Fórum EJA em cada Estado
Monitorar e pressionar a aprovação de emendas que consolidam políticas para a EJA no PNE 2025/2035.	Acompanhamento junto ao poder legislativo federal de cada estado.	Fórum EJA em cada Estado

DIRETRIZES OPERACIONAIS EJA 2025 E DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Adriana Pereira da Silva - Fórum EJA SP

Mediação da mesa: Tatiana Oliveira - Fórum EJA ES

Relatoria da mesa: Cláudia Araujo dos Santos Bayerl e Sandra Regina Cardoso de Brito - Fórum EJA RJ

Ementa: A condição para analisar as Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA (2000) passa por compreender em que contexto e sob qual finalidade foi homologada, bem como entender a sua organização e quais orientações foram estabelecidas para o atendimento na EJA, de modo a pensarmos quais aspectos dessa normativa que precisam ser revistos, compreendendo o contexto histórico e político, em que essa reorganização se efetivará.

Assim, recuperamos o contexto em que o parecer nº11/2000 foi constituído

após reabertura democrática, em que a Constituição Federal de 1988 outorgou a ordem do direito à educação para todas as pessoas, em perspectiva objetiva e subjetiva, inclusive para aquelas que tiveram o acesso negado em tempos oportunos.

No ano de 1996, pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira (LDB) , nº 9394/96 a EJA foi considerada como uma modalidade da Educação Básica, nas ofertas do Ensino Fundamental e Médio, o que lhe conferiu a organização do atendimento com “modos próprios e específicos”, pensando o perfil de oferta, a organização curricular, enfim, a diversificação dos tempos, formas e conteúdo que considerassem a população jovem, adulta e idosa que teve o direito à Educação Básica negado.

Além desse tratamento dado à modalidade, a LDB 9394/96 alterou orientações para outras etapas da educação brasileira e essas, nesse período, já haviam passado por novas Diretrizes Curriculares, situação política que, também, impulsionou o debate para a constituição de uma nova Diretriz Curricular para a EJA.

Diante dessa conjuntura histórica tornou-se necessário a substituição do parecer 699/72 que orientou toda a oferta de EJA no período ditatorial, marcada pela lógica da suplência. O parecer 699/72, sistematizado por Valmir Chagas, abordou a organização da modalidade na especificidade da suplência, do suprimento, da qualificação e da aprendizagem, fundamentando a doutrina do Ensino Supletivo.

Nesse contexto nacional pós-reabertura democrática, ocorria um processo de organização política dos fóruns de EJA, sob o posicionamento de monitorar, impulsionar e acompanhar as políticas públicas para a modalidade, além de denunciar e resistir diante das políticas neoliberais que já estavam sendo implantadas, nos perfis de reformas educacionais.

A EJA, enquanto modalidade educacional sofreu os efeitos devastadores da primeira onda neoliberal, nosso país, entretanto, é possível citar a implantação do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), como um dos encaminhamentos que inibiu a condição de financiar o atendimento na EJA.

A reorganização política educacional, diante dos contextos de transformações

sociais, políticas e econômicas, também, era uma pauta que rondava o cenário internacional. O mundo passava por grandes proposições e embates político-ideológicos, em que o tratamento sobre direito à educação estava na agenda, inclusive, nas disputas dos paradigmas orientadores sobre esse direito, conceitualizados nas categorias: Educação Permanente, Educação ao Longo da Vida e Aprendizagem ao longo da Vida. Essas disputas se fizeram presentes na Conferência Internacional de Adultos (CONFINTEA), realizada em Hamburgo em 1997.

Nessa efervescência política, a demanda de nova Diretriz Curricular para EJA foi apresentada ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Jamil Cury, membro, na época, do CNE, tornou-se conselheiro parecerista das DCEJA, realizando consultas públicas com escuta ampla e participativa. O documento, enquanto estrutura normativa, evidenciou-se por uma construção político-reflexiva sobre a modalidade na ordem do direito.

Assim, o documento foi organizado pelos seguintes tópicos: Introdução; Fundamentos e Funções; Bases Legais das Diretrizes Curriculares Nacionais da EJA (bases histórico-legais e atuais); Educação de Jovens e Adultos – hoje (cursos de EJA, exames supletivos, cursos a distância e no exterior, plano nacional de educação); Bases histórico-sociais da EJA; Iniciativas públicas e privadas; Indicadores estatísticos da EJA; Formação de Professores e a abordagem das Diretrizes Curriculares para a modalidade.

A introdução contida no parecer abordou o contexto sócio-histórico da produção do documento, evidenciando as desigualdades sociais e educacionais da época, além de elucidar o perfil dos possíveis sujeitos jovens e adultos, demandantes da EJA. O item II evidenciou as razões políticas, sociais e educacionais que impulsionaram a construção do documento, argumentando os fundamentos e princípios para modalidade, em perspectiva emancipatória, trazendo em evidências funções da EJA, sendo essas: qualificadora, reparadora e equalizadora. O item III apresentou o histórico das Bases Legais para o atendimento das pessoas jovens e adultas, bem como o contexto legal normatizador do atendimento na época. Essa abordagem do direito, também, foi retomada no item V, elucidando o processo histórico do tratamento do direito à educação das pessoas jovens, adultas e idosas.

O item IV além de recuperar os fundamentos das relações colaborativa, complementativa e de cooperação entre os entes federados, elucidou a autonomia de oferta por parte dessas instâncias de poder e orientou sobre possibilidades do atendimento, sendo essas: presencial, semipresencial, exames para certificação, privilegiando o atendimento presencial. Ainda tratou sobre a idade de acesso para os cursos presenciais e para os exames, a justificativa para afirmar a idade de acesso para EJA esteve fundamentada na orientação quanto à obrigatoriedade do ensino diante das idades de 7 a 14 anos, apresentando, então, para a EJA o acesso a partir dos 15 anos de idade para os cursos de Ensino Fundamental e 18 anos para o Ensino Médio, a mesma orientação ocorreu para os exames.

Esses aspectos foram reorganizados no item VI, em que destacou a importância da ação cooperada dos entes federados. O item VII retomou os dados de analfabetismo analisados nas especificidades de gênero, etnia, aspectos territoriais, revelando as grandes desigualdades educacionais.

O item VIII abordou sobre a especificidade da formação de professores (as), nesse aspecto tratou da importância de uma formação pautada nas particularidades da modalidade, evidenciando as diversidades dos sujeitos da EJA, considerando suas necessidades e potencialidades de construírem o conhecimento ao longo da vida.

No item IX elucidou sobre os aspectos fundamentais para a organização de currículo para EJA, dando importância à contextualização social dos conteúdos, ao reconhecimento de identidades pessoais e às diversidades dos coletivos sociais que os sujeitos da EJA pertencem. Estabeleceu uma reflexão epistemológica de construção do conhecimento em perspectiva contextualizadora, com significância social, valorizando os saberes prévios dos sujeitos. Nesse trecho enfatizou a importância da prática escolar que se articula com o mundo do trabalho, com as áreas socioculturais, colocando Artes e Educação Física como ofertas obrigatórias e frequências facultativas, porém, não indicou a obrigatoriedade dessas disciplinas nos exames de certificação. Ainda tratou de forma superficial, a realidade do Mundo do Trabalho.

O documento foi encerrado na dissertação da necessidade de superar as visões compensatórias, dando um lugar para as funções reparadora, equalizadora e

qualificadora.

Esse parecer, identificado no nº 11/00 orientou a Resolução CNE/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000, uma normativa organizada em vinte e cinco artigos (25) que orientam o atendimento, fazendo referência ao parecer de nº11/00.

Nesse cenário nos deparamos com mudanças no âmbito político, em que os pressupostos neoliberais atuaram para a minimização do papel do Estado e o tratamento do direito na perspectiva privatista e não democrática.

Essa agenda na educação estabeleceu os pressupostos gerencialistas e a responsabilização do direito à educação para as unidades escolares, professores (as) e para os sujeitos da EJA. A concretização dessa lógica se definiu na reorganização da gestão educacional, nas reformas curriculares padronizadas, centradas nos fundamentos das competências, tendo as avaliações externas como mecanismo de controle dos resultados.

A pauta observada atinge a EJA, especialmente, no período de 2019 a 2022, via minimização do papel do Estado, bem como responsabilização dos sujeitos. Esses posicionamentos políticos extinguiram a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), encerraram programas que atendiam um número significativo de pessoas jovens, adultas e idosas, marcaram quedas assombrosas de matrículas.

Essas ações estiveram fundadas na lógica da afirmação do aligeiramento e das ações compensatórias, que levaram à outorga da Resolução CNE/CEB nº1 de 2021. Essa resolução buscou alinhar a modalidade com as reformas educacionais, da 2^a onda neoliberal, via expansão da Educação à distância (EaD), qualificação profissional, sob a lógica da capacitação, em processo de formação unilateral, além da efetivação das ofertas em formatos que reduziram, significativamente o atendimento presencial, desconsiderando as diversidades dos sujeitos e os pressupostos emancipatórios de afirmação do direito à EJA em perspectiva democrática.

Em condição de resistência os movimentos sociais de EJA, especialmente, os Fóruns de EJA, marcaram enfrentamento para essas políticas e lutaram firmemente

para revogação dessa resolução, fato alcançado com a homologação das Diretrizes Operacionais para EJA estabelecida pelo CNE/CEB de nº 03/2025.

A Diretriz Operacional para EJA, reafirma o regime de colaboração e o reconhecimento da autonomia federativa, pauta a atenção para diversificação da oferta, considerando as especificidades e diversidades dos sujeitos, evidenciando a importância de tratar com amplitude do artigo 23 da LDB nº 9394/96 no atendimento da EJA. Sob essa argumentação elucidou a importância da EJA presencial, estipulando o fim da EaD no Ensino Fundamental, mas aceitando possibilidades de práticas pedagógicas não presenciais em parte da carga horária. A oferta da EaD para a modalidade foi admitida no Ensino Médio e na proporcionalidade de 50% do atendimento.

Ainda destacou a importância do tratamento dos dados sociais e censitários que possam evidenciar a demanda potencial para EJA, por territórios e ações intersetoriais, dando indicações para a busca ativa e para a chamada pública. Ademais, tratou da articulação de EJA e Educação Profissional. Estabeleceu a idade de acesso ao curso presencial Ensino Fundamental a partir dos 15 anos de idade e Ensino Médio a partir dos 18 anos, tendo para os exames a mesma atribuição das idades e respectivas etapas de Ensino.

Assim, ao discutirmos a revisão das DCEJA é importante compreendermos que o revisitar se efetiva diante de um contexto histórico marcado por grandes transformações sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais, evidenciando uma reorganização do processo produtivo, sob uma lógica de concorrência e competitiva que esfolia e explora, intensamente, o trabalho e as riquezas naturais.

É de extrema necessidade que nesse processo de revisão amplie a leitura sobre o mundo do trabalho, observando a relação capital e trabalho na contemporaneidade, tratando dos processos de esfoliação do trabalho assalariado, prevendo, inclusive, a EJA como oportunidade de conhecimento de práticas de geração, trabalho e renda em perspectiva solidária.

Além desse aspecto questões sobre sustentabilidade e preservação ambiental, também, se elucidam como assuntos necessários a serem abordados, nos preceitos da educação ambiental crítica, emancipatória, reavaliando os valores e as atitudes da

humanidade com o meio ambiente e com a preservação das reservas ambientais, como a água, a terra, os minérios, os vegetais e outros animais.

Com entendimento das disputas com os projetos educacionais e com as pretensões de mutações que esvaziam o tratamento do direito à educação, é importante colocar em debate os aspectos constituintes de uma Diretrizes Curricular, sendo esses: idades de acesso aos cursos e aos exames; as diversidades dos sujeitos da EJA e seus coletivos, diversificação das ofertas com priorização do ensino presencial; formação de professores (as), em caráter de uma política nacional em perspectiva inicial e permanente.

Assim, esperamos que nosso debate seja de muita reflexão, pautando a responsabilidade com o atendimento público, gratuito e laico.

Relatoria do tema

As principais expectativas apontadas pelo conjunto das delegadas do VII EREJA Sudeste como temas essenciais, que, portanto, não podem ficar de fora quando da atualização das diretrizes curriculares da EJA, que já está em processo, foram:

- Concepção de EJA como direito e responsabilidade pública;
- Preceitos das funções da EJA - Reparação; qualificação social e equalização que precisam ser revisitados na constituição das novas Diretrizes Curriculares;
- Tal como na construção do parecer nº11/2000, elaborada à várias mãos, o atual processo de atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais da EJA deve pautar pela construção participativa;
- Dar conta do atual contexto vivido/enfrentado pelo país e suas marcas no complexo processo de estruturação das novas DCNs da modalidade;
- Considerar como elementos estruturantes/orientadores: idade mínima, forma de oferta, diversidade dos sujeitos.
- Refletir sobre a formação de professores (inicial, continuada e/ou em serviço) como fundamental para a efetivação dos princípios apontados no Parecer.

Mediação da plenária:

Tatiana Santana - Fórum EJA ES e Denise Carreira - Fórum EJA SP

Relatoria da plenária:

Geovana Melin e Mariane Berger - Fórum EJA ES

AÇÕES	ESTRATÉGIAS	RESPONSÁVEIS
Publicação de vídeos curtos sobre os conteúdos dispostos nas Diretrizes	Seleção dos conteúdos que comporão os vídeos Produção dos vídeos	Fórum EJA em cada estado faz a seleção dos conteúdos para validação da coordenação nacional
Aprofundamento sobre a Pedagogia da Alternância	Estudos e discussão sobre as concepções e elementos	Fórum EJA em cada estado
Debate sobre a modalidade: concepções, funções e princípios para enfrentamento da questão da suplência	Plenárias regionalizadas nos estados e municípios	Fórum EJA em cada estado
Luta e denúncia sobre a incompatibilidade pedagógica da EAD como oferta principal para os sujeitos da EJA.	Plenárias estaduais e municipais Realização de pesquisas sobre a inserção dos estudantes da EJA na cultura digital	Fórum EJA em cada estado
Enfrentamento à Resolução do SESI que indica oferta de EJA exclusivamente no formato EAD e posicionamento contra as parcerias “público-privada”		Coordenação Nacional dos Fóruns de EJA
Inclusão dos temas da saúde mental/adoecimento dos trabalhadores e trabalhadoras e das questões socioambientais nas Diretrizes Curriculares de EJA	Proposição à Coordenação Nacional	Coordenação Nacional dos Fóruns de EJA
Defesa da EJA semipresencial não como única oferta pelas redes Enfrentamento à EJA semipresencial como única forma de oferta	Proposição à Coordenação Nacional dos Fóruns de EJA	Fóruns de EJA em cada estado
Aprofundamento do debate sobre a concepção de alfabetização na perspectiva Freiriana	Proposição ao texto das Diretrizes pelos Fóruns EJA de cada estado	Coordenação Nacional dos Fóruns de EJA
Defesa da oferta do 1º segmento em todos os municípios, no campo e na cidade, em detrimento dos programas de alfabetização	Proposição ao texto das Diretrizes pelos Fóruns EJA de cada estado	Coordenação Nacional dos Fóruns de EJA
Defesa de um Currículo pautado na formação humana a partir das pedagogias críticas	Proposição ao texto das Diretrizes pelos Fóruns EJA de cada estado	Coordenação Nacional dos Fóruns de EJA

Apropriação da Pedagogia da Alternância para referenciar a discussão curricular	Estudos em plenárias dos Fóruns em cada estado	Fóruns de EJA em cada estado
Afirmação de um Currículo na perspectiva interseccional, explicitamente antirracista, antissexista, antilgbtfóbica, anticapacitista e antidiscriminatória na EJA.	Proposição ao texto das Diretrizes pelos Fóruns EJA de cada estado	Fóruns de EJA em cada estado e Coordenação Nacional
Organizar parâmetros de qualidade socialmente referenciada para a EJA a partir da perspectiva humanista da educação	Proposição ao texto das Diretrizes pelos Fóruns EJA de cada estado	Fóruns de EJA em cada estado e Coordenação Nacional
Defesa da EJA como disciplina obrigatória na formação docente inicial na pedagogia e demais licenciaturas, garantindo estágio na modalidade.	Proposição ao texto das Diretrizes pelos Fóruns EJA de cada estado e participação e fortalecimento no SNE, levando os acúmulos do EREJA.	Fóruns de EJA em cada estado e Coordenação Nacional
Disputar em condições de igualdade programas como o PIBID e Residência Pedagógica.		
Defesa, junto aos sistemas de ensino, da ampliação da oferta de EJA como elemento condicionante para ampliação do acesso aos demandantes da modalidade, independentemente do número de matrículas por turma.	Proposição ao texto das Diretrizes pelos Fóruns EJA de cada estado Discussão nas plenárias dos Fóruns	Fóruns de EJA em cada estado e Coordenação Nacional
Crítica à concepção gerencialista da educação, defendendo a exclusão dessa perspectiva nas Diretrizes de modo a prevenir a EJA desse controle.	Proposição ao texto das Diretrizes pelos Fóruns EJA de cada estado	Fóruns de EJA em cada estado e Coordenação Nacional
Garantia de abertura de turmas de EJA independentemente do número mínimo de estudantes por turma.	Inclusão na proposta de alteração do texto das Diretrizes	Coordenação Nacional
Formação específica na modalidade EJA para os gestores da educação, nas diferentes instâncias de atuação.	Inclusão na proposta de alteração do texto das Diretrizes Articulação com as Universidades	Coordenação Nacional
Fortalecimento da EJA na perspectiva democrática com responsabilidade estatal	Inclusão em todos os documentos e diretrizes	Fóruns de EJA em cada estado e Coordenação Nacional

Realização da semana de mobilização para discutir sobre a EJA com estudantes e outros atores, na semana de aniversário de Paulo Freire (setembro)	Mobilização junto ao Comitê do Pacto em cada estado	Fóruns de EJA em cada estado
Participar ativamente do processo de revisão das Diretrizes Curriculares, em articulação com as universidades, pensando nas metodologias de escuta e no tempo específico para isso.	Articulação com as Universidades	Fóruns de EJA em cada estado e Coordenação Nacional
Aproximação dos fóruns de EJA com os fóruns e comitês de educação do campo.	Articulação com os fóruns e comitês da educação do campo	Fóruns de EJA em cada estado
Referenciais pautados na educação popular; letramento político-democrático.	Proposição ao texto das Diretrizes pelos Fóruns EJA de cada estado	Fóruns de EJA em cada estado e Coordenação Nacional
Concurso público para docente de EJA	Proposição ao texto das Diretrizes pelos Fóruns EJA de cada estado	Fóruns de EJA em cada estado e Coordenação Nacional
Discutir nos estados e organizar encontros regionais que debatam formas de organização curricular que atendam à perspectiva de educação popular na EJA	Realização de debates nos estados e jornada regional Organização de drive para socializar materiais com os estados do sudeste	Fóruns de EJA em cada estado e Coordenação Regional
Inclusão de mais estudantes e movimentos sociais nos encontros		Fóruns de EJA em cada estado e Coordenação Nacional

IDADE MÍNIMA: O QUE FUNDAMENTA A POSIÇÃO DOS FÓRUNS DE EJA DO BRASIL

Edna Castro - Fórum EJA ES

Mediação: Tatiana Oliveira - Fórum EJA ES

Relatoria: Nivia Zanardo e Maria Alice Zacharias - Fórum EJA SP

Ementa: Reflexões sobre a questão da idade mínima para a educação de jovens e adultos requerem pensar, historicamente, as lutas em defesa do direito à

educação para todas, a forma precária com que a oferta da EJA tem sido assumida pelo Estado como estratégia de manutenção e aprofundamento das desigualdades sociais e educacionais expressas nos números da população de 18 anos ou mais que não concluiu a educação básica, e da população não alfabetizada que ainda desafiam o Estado brasileiro. Importa amadurecer o estudo de alguns marcos legais, resultantes das relações da sociedade civil e dos governos, em prol do direito à educação, em específico sua efetivação na Constituição de 1988, a instituição da modalidade EJA, pela LDB 9394/96, como parte integrante da educação básica, e a disputa que representou por projetos distintos de sociedade e de educação.

Os desdobramentos nas legislações específicas resultantes das lutas e da escuta da sociedade civil, com o Parecer CNE/CEB n° 11/2000, que estabeleceu Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, e sua respectiva Resolução nº 01/2000; o Parecer nº 06/2010 e Resolução 03/2010 que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos, nos aspectos relativos a idade mínima de 15 anos para ingresso na EJA, dentre outros; e os entrelaçamentos com a Emenda Constitucional nº 59/2009 que prevê a obrigatoriedade da educação básica de 04 a 17 anos.

Essas normativas evidenciam em seu conjunto avanços e contradições que seguem desafiando a busca pela efetivação da Educação de Jovens e Adultos trabalhadoras, como política pública de Estado com qualidade socialmente referenciada, frente ao retrocesso imposto à EJA, pela Resolução nº 01/ 2021, e as pressões dos Fóruns de EJA para sua revogação, conquistada pela Resolução n.º 03/2025. Observa-se, em contextos históricos específicos, as correlações de força e as conquistas legislativas, nem sempre efetivadas pelos entes federados em favor dos interesses da formação das trabalhadoras, como por exemplo a não implementação da modalidade instituída pela Resolução n.º 01/2000, por muitos dos respectivos sistemas que, no entanto, não revidaram em cumprir a Resolução n.º 03/2010, que define a idade mínima de 15 anos para ingresso na EJA, frente à emenda n.º 59/2009, que indica a obrigatoriedade da educação básica de 04 a 17 anos.

Relatoria da mesa - Idade mínima: O que fundamenta a posição dos Fóruns de EJA do Brasil

A Professora Edna Castro de Oliveira, do Fórum EJA do Espírito Santo, recuperou historicamente o processo do debate da idade mínima para o ingresso na Educação de Jovens e Adultos. A professora demarcou a complexidade que envolve a temática, considerando o dissenso que acompanha a discussão sobre a idade mínima na EJA, pautada no Parecer CNE/CEB Nº 23/2008 da relatora Regina Vinhaes Gracindo, que institui as Diretrizes Operacionais para EJA nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. O Parecer da relatora definiu “que a idade mínima para os cursos de EJA deve ser a de 18 (dezoito) anos completos, tanto para o Ensino Fundamental como para o Ensino Médio”, sendo aprovado pelo Conselho Nacional de Educação em outubro de 2008. No entanto, esse Parecer não foi homologado, uma vez que o Ministério da Educação era contrário à elevação da idade mínima.

Durante a Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2010, a temática foi retomada com a proposta de definição da idade mínima de 15 anos para ingresso na EJA pelo secretário da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), André Lázaro, desconsiderando a proposição da idade mínima de 18 anos para ingresso na EJA do Parecer da relatora Regina Vinhaes. Num contexto de tensão e disputa, a idade mínima de 15 anos foi aprovada e logo em seguida deu lugar ao Parecer CNE/CEB Nº6/2010, publicado em 7 de abril do mesmo ano, que faz um reexame do Parecer CNE/CEB Nº 23/2008, que propunha a alteração da idade mínima de 18 anos para ingresso na EJA nos ensinos fundamental e médio. A partir de então, a idade mínima de 15 anos passa a vigorar, obtendo uma rápida adesão pelos estados e municípios.

Segundo a professora Edna Castro, a obrigatoriedade de 4 a 17 anos instituída pela emenda 59/2009, indica que a escola básica brasileira precisa assumir a sua tarefa de alfabetizar aqueles que são de sua responsabilidade, e promover condições para que os estudantes tenham um processo regular, de estudo, pesquisa, e aprofundamento para fazer uma escola básica com qualidade e condições de prosseguir em seus processos de escolarização.

Esse debate da idade mínima prossegue sendo retomado, uma vez que as novas Diretrizes Operacionais de 2025 reafirmam a idade de 15 anos. Na reforma das Diretrizes Curriculares, a EJA integrada à educação de jovens e adultos é subestimada, com uma tendência de oferta da qualificação profissional aligeirada. A amplitude dessa discussão está relacionada ao Plano Nacional de Educação, visto que foram construídas pelos Fóruns de EJA diversas emendas, encaminhadas ao Fórum Nacional de Educação evidenciando que as disputas da modalidade continuam. Diante do exposto, Edna retoma que a educação básica deve assumir o seu papel de promover a oferta de uma educação de qualidade referenciada, apontando que há estratégias de desmonte com a sobreposição de políticas, que desqualificam a EJA, promovendo a precarização da oferta e o aligeiramento na formação dos trabalhadores.

Algumas problematizações realizadas pelas delegadas

- Defesa pelo acesso dos 15 anos pela concretude da oferta;
- A alteração da idade mínima prejudica diretamente a classe trabalhadora;
- A faixa etária de 15 anos já é considerada juventude pelo Estatuto da Criança e adolescente;
- Redução de matrículas poderia ser mais tenso ao tirar essa faixa etária da EJA;
- Há experiências positivas da relação intergeracional;
- Há necessidade alinhar aos movimentos sociais, pois há uma negação de direitos;
- O alto índice de correção de fluxo ocorre porque os jovens são encaminhados para a EJA.
- Como justificar que as matrículas estão caindo, se está negando a matrícula?
- Papel do fórum é denunciar a exclusão sistemática nas escolas, sobretudo os meninos negros, LGBTQIA+, meninas grávidas entre outros.
- Retomada da discussão sobre a idade mínima para ingresso na EJA em decorrência dos profundos impactos da decisão para a modalidade e para o atendimento educacional da faixa etária de 15 aos 18 anos e da insuficiência dos debates realizados no último ENEJA.
- Apreciação neste EREJA Sudeste da idade mínima

- Realização no segundo semestre de 2025 de espaço remoto de debate nacional dos fóruns de EJA sobre a idade mínima de ingresso na EJA, visando a construção de cenários e de respectivas agendas de incidência no processo de revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais da EJA.

Plenária

Mediação: Tatiana Oliveira - Fórum EJA ES e Caio Gerbelli - Fórum EJA SP

Relatoria: Cláudia Araujo dos Santos Bayerl e Sandra Regina Cardoso de Brito - Fórum EJA RJ.

AÇÃO	ESTRATÉGIAS	REALIZAÇÃO
Denunciar exclusão sistemática de jovens das escolas e como avaliações de larga escala têm impelido essas exclusões	Proposição ao CNE que estabeleça regras para que não haja transferência compulsória de jovens a partir dos 15 anos.	Fóruns de EJA do Brasil
Denunciar os processos de exclusão que acontecem na escola e dizer quem vem sendo excluído (sobretudo os meninos negros; lgbtqiap+, meninas que engravidam, PCDs...).	Propor ao CNE dificultar a transferência compulsória dos estudantes para a EJA por meio de critérios que não permitam processos de exclusão - Não transformar os adolescentes nos problemas da EJA, que tem muitos desafios que não a tornam uma política robusta.	Fóruns de EJA do Brasil
Denunciar que as avaliações de larga escala têm induzido as escolas a fazerem essa exclusão para melhorar os índices do IDEB.		Fóruns de EJA do Brasil
Apreciação neste EREJA Sudeste da idade mínima	Elaborar um documento para apresentar ao próximo ENEJA.	Fóruns de EJA do Brasil

<p>Retomada da discussão sobre a idade mínima para ingresso na EJA em decorrência dos profundos impactos da decisão para a modalidade e para o atendimento educacional da faixa etária de 15 aos 18 anos e da insuficiência dos debates realizados no último ENEJA.</p>		<p>Fóruns de EJA do Brasil</p>
<p>Realização em agosto de 2025 de espaço remoto de debate nacional dos fóruns de EJA sobre a idade mínima de ingresso na EJA visando a construção de cenários e de respectivas agendas de incidência no processo de revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais da EJA.</p>		<p>Fóruns de EJA do Brasil</p>
<p>Enfatizar que a principal questão vai além da definição da idade de 15 ou 18 anos. É preciso refletir: como garantir o direito à educação para as juventudes?</p>		<p>Fóruns de EJA do Brasil</p>
<p>Propor políticas voltadas para essa faixa etária como o Projovem adolescente.</p>		<p>Fóruns de EJA do Brasil</p>
<p>Reconhecer que existem experiências positivas de troca intergeracional em vários lugares do país e evidenciá-las.</p>		<p>Fóruns de EJA do Brasil</p>
<p>Propor ao CNE a construção de resolução que estabeleça limites às transferências compulsórias de estudantes do ensino fundamental e médio regular para a EJA</p>		<p>Fóruns de EJA do Brasil</p>

Retornar aos nossos estados e dialogar com os sujeitos da EJA, em especial estudantes e educadores, a respeito desse tema, aprofundando o debate junto aos sujeitos da EJA.		Fóruns de EJA do Brasil
Criar um comitê ou forma de escuta de estudante da EJA.		Fóruns de EJA do Brasil

PROGRAMAÇÃO - 26/07/2025

CONSTRUÇÃO DA AGENDA DE LUTA E PLENÁRIA FINAL

Mediação: Carlos Fabian - Fórum EJA ES e José Carlos Lima de Souza - Fórum EJA RJ

Relatoria: Nivia Zanardo e Maria Alice Zacharias - Fórum EJA SP

Ementa: A atuação dos Fóruns de EJA do Brasil destaca-se como um importante instrumento na luta contínua pelo direito à educação. O contexto político dos últimos tempos foi de desmonte das políticas públicas, redução drástica do financiamento da modalidade, incentivo à certificação, fechamento de turmas e escolas de EJA e queda estrondosa de matrículas, enfim, um retrato alarmante que impele os Fóruns de EJA a reafirmar a sua luta.

Reconhecida como uma ferramenta poderosa para a construção do conhecimento e o desenvolvimento pessoal, a EJA contribui de forma significativa para a formação de cidadãos críticos, conscientes e socialmente atuantes. Nesse sentido, os Fóruns de EJA vêm ampliando os espaços de debate e mobilização nos territórios, incentivando ações capilarizadas.

A construção de uma agenda de lutas segue se apresentando como um desafio para os Fóruns de EJA do Sudeste na busca pelo fortalecimento da região e defesa da EJA. Almeja-se confluir estratégias de organização da luta pelo direito à educação, procurando incidir de forma articulada e coletiva nos nossos territórios. O que se pretende é definir formas de ação que possam impactar de maneira substantiva as políticas educacionais de EJA, por meio de diálogos com as instâncias

políticas, Universidades, Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas, Sindicatos, Fóruns e Conselhos de Educação buscando o fortalecimento da EJA como política pública de estado.

Apesar do advento de um governo federal progressista, em que à EJA retorna ao seu lugar de direito, no centro do debate das políticas educacionais, do lançamento do Pacto da EJA que representa um passo fundamental no sentido de buscarmos uma política nacional de EJA, como ação de Estado e não de governo, a correlação de força políticas ainda não permite que a pauta da EJA, em sua totalidade, esteja contemplada da forma como propõe o coletivo de Fóruns de EJA do Brasil.

Assim sendo, é preciso termos ações políticas concretas que dêem conformidade à EJA dentro de um sistema nacional de educação que garanta à modalidade efetivamente o mesmo tratamento que é dado às outras modalidades e etapas da educação básica.

Diante disso, a construção de uma agenda de lutas dos Fóruns de EJA da região Sudeste se faz como uma tarefa urgente a ser assumida como compromisso ético-político, colocando em evidência todos os objetivos a saber:

Busca ativa, chamada pública, gestão democrática, participação política, controle social, formação inicial e continuada de professoras, a EJA enquanto disciplina obrigatória nas licenciaturas e ações que garantam acesso, permanência e sucesso no atendimento aos sujeitos de direito à Educação de Jovens e Adultos.

Plenária

A plenária dos segmentos é o espaço para que discussões específicas que atravessam a realidade dos diferentes sujeitos que compõem a militância dos Fóruns de EJA possam ter oportunidade de ser compartilhadas, refletidas, de moda a que possam constituir propostas e/ou reivindicações desses sujeitos visando fortalecer participação na luta dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos.

Universidade

Coordenadora: Edna Castro - Fórum EJA ES

Relatora: Jaqueline Luzia - Fórum EJA RJ

Universidades presentes: UERJ, UFES, UFF, PUC-RIO, UFJF, UFRJ, USP, UFSCAR e IFES.

Questão orientadora: Como as universidades podem contribuir para o fortalecimento dos Fóruns de EJA?

- Promover ações extensionistas abertas aos cursos de formação docente inicial e continuada vinculadas às ações dos Fóruns de EJA, proporcionando aos estudantes uma experiência formativa não curricular e aos Fóruns apoio de pessoal para gestão do Portal dos Fóruns, Secretaria, redes sociais, divulgação, comunicação etc.
- Emanar, a partir do Seminário Nacional de Formação de 2025, a construção de uma rede de mobilização para uma agenda de incidência para o MEC e para as próprias universidades sobre a política de formação inicial e continuada de professores.
- Disponibilizar aos Fóruns os resultados de pesquisas realizadas nas universidades, de forma mais orgânica e sistematizada, para contribuir com o debate acerca da EJA, bem como produzir pesquisas a partir das demandas dos Fóruns.
- Atualizar o Portal dos Fóruns com as pesquisas realizadas nas universidades que tratem das temáticas da EJA.

Movimentos Sociais

Coordenação: Geovana (Fórum EJA ES)

Relatoria: Sandra (Fórum EJA RJ) e Everton (Fórum EJA SP)

Movimentos presentes: MST, UNCME, SEPE Niterói, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, MOVA-SP, Federação dos Servidores Públicos do RJ (FESEP-RJ), Ação Educativa, Conexões Periféricas, Comitê de Educação do Campo do Espírito Santo e Fórum EJA Sul Fluminense.

Questão orientadora: De que forma este segmento pode contribuir para o fortalecimento dos fóruns de Educação de Jovens e Adultos?

AÇÃO	ESTRATÉGIAS	REALIZAÇÃO
Reafirmar a EJA como direito		Fóruns de EJA do Brasil
Ocupar espaços de controle social e monitoramento das políticas públicas.	Mapear os espaços de participação social existentes e colocar-se à disposição para ocupá-los.	Fóruns de EJA do Brasil
Mobilizar os conselhos e fóruns de educação locais em torno do debate da EJA.		Fóruns de EJA do Brasil
Reivindicar a abertura de turmas e elaboração de propostas adequadas ao público da EJA.		Fóruns de EJA do Brasil
Realizar a articulação em rede com diferentes movimentos sociais para mobilização e incidência política em defesa das pautas do Fórum.		Fóruns de EJA do Brasil
Produzir notas técnicas e pesquisas que pautem os problemas e tensionam o poder público quanto à oferta de EJA existente.		Fóruns de EJA do Brasil
Articular ações junto ao MP		Fóruns de EJA do Brasil
Divulgar amplamente as pautas da EJA aos diferentes públicos nos territórios, contribuindo para o processo de busca ativa → Criar articulação de pertencimento, divulgando e esclarecendo temáticas como o Pacto.		Fóruns de EJA do Brasil
Tensionar diretores de escolas que agem no sentido de fechar escolas de EJA.	Dialogar com os diretores e esclarecer sobre a perspectiva do direito à educação.	Fóruns de EJA do Brasil

	Mobilizar a comunidade em torno da manutenção da EJA na escola.	
Cobrar políticas intersetoriais que contribuam para a ampliação do direito à EJA com qualidade socialmente referenciada.		Fóruns de EJA do Brasil
Organizar espaços de escuta dos sujeitos da EJA para realização de denúncias sobre negação de direitos.		Fóruns de EJA do Brasil

Educandas e educandos da EJA

Coordenadora Vaneide

Angela – participar das reuniões do Fórum, e de tudo que for tratado levar para a escola e dialogar com os colegas, socializar as discussões, o que está acontecendo com a política. Esclarecer que todas as ações estão inseridas na política. Ao socializar tome ciência dos riscos que a EJA corre, como eles podem colaborar O que significa fechar turma, o que significa a Educação a distância. Para que os demais educandos entendam e participem, é essencial que os alunos participem porque o interesse é nosso. Não adianta que só os outros sujeitos agem.

Retomar a ação da semana de articulação, pode promover a participação dos estudantes, que tem limitação em virtude do trabalho

Vera - Coloca a situação dos estudantes da EJA do seu local, o pai acompanha de perto, a presença da família no acompanhamento dos jovens.

Ela aponta que na sua escola discutiram e resolveram coletivamente a mudança do horário das aulas, em virtude do horário inadequado para a realidade deles. A importância do diálogo e acolhimento. Participar de outros espaços como o teatro.

Assustou com a entrada dos meninos, pois o primeiro segmento não tinha jovem. A ação do professor auxiliou para eles entenderem, que eles também tinham direito e eles ajudam, principalmente, a informática. Hoje tem uma relação harmoniosa.

Ivani - Não gostou de tirar os meninos. Os meninos estão inseridos em todos os espaços.

Genésio- dificuldade de encontrar os mais novos, conscientizar os mais novos na importância dos estudos. Percebem a dificuldade dos professores lutarem para o não fechamento das salas de aula, diante do número baixo de alunos. Aponta que é a intenção do governo em fechar as aulas. Destaca que que ele pode trazer e aproximar dos fóruns, vivenciando é diferente de ouvir. Iniciou sem expectativa, se identificou com a pesquisa de líderes negros como o Luiz Gama. Pesquisou sobre o primeiro engenheiro negro. Ele estava estudando e logo em seguida entrou na sala de aula. André Rebouças, construiu a estrada de Curitiba. Enia Gonçalves Marques- construiu o reservatório de água. Apontou a dificuldade de histórias de personalidades negras, pois houve um apagamento.

Angela - aponta a importância da participação nos fóruns, pois trata da especificidade da modalidade, de que o currículo é diferenciado. Destaca que não há vontade política. A educanda de São Paulo aponta que eles são 'escola" para os jovens

Ivani - incentivar as pessoas para os que não estão na escola, aponta que não tem dificuldade com os jovens. Aponta que ela sente um pouco de restrição com relação aos alunos velhos

Claudim - destaca que é necessário o apoio dos professores para explicar o que é o fórum. Discutir como pode defender a escola, a EJA. Aponta que os governos não querem a EJA, o contrato vai fechar em 2027. A EJA é uma ameaça. Participação dos encontros.

Junior - aponta a estrutura diferenciada do local onde estuda, mas a evasão é alta. O investimento é alto, o que está no portal da transparência. Projeto integrador-integra várias áreas. Falta a presença do instituto federal. Falta de entendimento de que o Instituto federal é um espaço para todos, principalmente para os estudantes da EJA

Vaneide - participação dos alunos nos fóruns é essencial. É o melhor canal para chegar nos outros alunos. O próprio aluno leva o outro, falamos a mesma linguagem. Chamar numa sexta-feira para apresentação de fóruns. Destaca-se que o grêmio é

uma modalidade que recebe verba. O professor necessita expor o que está defendendo e os alunos se envolvem no levantamento de verba para vir.

Síntese

- Socializar o que está sendo discutido nos encontros
- Participação dos espaços
- Alerta dos perigos da EJA, fechamento de sala
- Alertar com relação aos interesses políticos
- O papel dos estudantes no chamamento de novos educandos.
- Espaços de construção e troca do movimento negro

MOÇÕES

MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA O GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Nós, delegadas do VII EREJA SUDESTE, por meio desta moção, manifestamos nosso mais veemente repúdio ao genocídio em curso contra o povo palestino, especialmente na Faixa de Gaza, perpetrado pelo Estado de Israel com a conivência de potências ocidentais e a omissão de instituições internacionais, sobretudo as imperialistas. Denunciamos a contínua violação dos direitos humanos, os bombardeios indiscriminados, os bloqueios que impedem acesso à água, alimento, energia e medicamentos, a destruição de hospitais, escolas, casas e locais de culto, que configuram crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Milhares de civis, entre eles, mulheres, crianças e idosas, têm sido assassinadas diariamente sob o silêncio cúmplice da comunidade internacional. Trata-se de um processo sistemático de extermínio de um povo, de apagamento de sua história, de expulsão de seus territórios e de negação de sua autodeterminação. É inaceitável que, em pleno século XXI, assistimos a um massacre transmitido em tempo real, com justificativas racistas e colonialistas. A luta do povo palestino por sua liberdade e existência é legítima e deve ser reconhecida, apoiada e respeitada por todas aquelas que acreditam na justiça e nos direitos humanos. Exigimos:

1. O fim imediato dos bombardeios e da ocupação nos territórios palestinos;

2. O cessar-fogo imediato e incondicional;
3. A entrada de ajuda humanitária irrestrita;
4. A responsabilização dos autores dos crimes de guerra;
5. O apoio Internacional à causa palestina e o reconhecimento de seu direito à autodeterminação, inclusive midiática;
6. Fim de acordos, bem como a ruptura das relações diplomáticas do Brasil com Israel.

Nos solidarizamos com o povo palestino e com todas as vozes que, no mundo inteiro, se levantam contra o colonialismo, o racismo e o genocídio. Não nos calaremos diante de tamanha barbárie.

PALESTINA LIVRE, DO RIO AO MAR

DENÚNCIA A PRECARIEDADE DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO

Nós, delegadas do VII EREJA SUDESTE, comprometidas com a defesa do direito à educação pública e de qualidade, manifestamos nosso repúdio à precariedade do Programa Brasil Alfabetizado, que, sob o discurso de promoção da alfabetização de jovens, adultos e idosos, tem contribuído para o esvaziamento, o enfraquecimento e a desvalorização da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) pública e presencial no país. O Brasil Alfabetizado, enquanto política pontual e de curta duração, principalmente em territórios com suas especificidades, não vem garantindo a continuidade dos estudos e nem a permanência dos sujeitos nos espaços educativos. Trata-se de uma política frequentemente marcada pela precarização das condições de ensino, com baixa remuneração de educadores/as, ausência de estrutura adequada, falta de material e apoio pedagógico, além de objetivos desconectados da realidade dos territórios. Infelizmente, em muitos contextos, o programa tem sido utilizado como justificativa para o fechamento de turmas regulares da EJA presencial das escolas públicas, desresponsabilizando o Estado de seu dever de ofertar educação pública continua. A alfabetização de jovens, adultos e idosos deve ocorrer no interior de uma proposta pedagógica completa e crítica, respeitando a trajetória e a dignidade dos sujeitos que dela fazem parte. Diante disso, exigimos:

1. O fortalecimento da EJA como política pública permanente, com financiamento adequado, formação continuada para educadores/as e valorização curricular;

2. Melhores condições de oferta do PBA, sobretudo em locais que carecem de escolas públicas presenciais de EJA.

Por uma educação que respeite a história de quem foi negado o direito de estudar!

EJA É DIREITO!

REPÚDIO AO PROGRAMA "SEGUNDA CHANCE" DA SEEDUC-RJ E DEMAIS PROJETOS DE CERTIFICAÇÃO

Nós, delegadas do VII EREJA SUDESTE, comprometidas com a educação pública, laica, gratuita, inclusiva e de qualidade, manifestamos nosso veemente repúdio ao programa "Segunda Chance", promovido pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ), por representar um grave ataque à Educação de Jovens e Adultos (EJA) como política pública estruturante. O programa "Segunda Chance", longe de responder às reais demandas da população jovem e adulta, privada do direito à escolarização, é mais uma iniciativa que reduz a educação a uma lógica certificatória, de aprovação rápida, descompromissada com a formação humana, integral, crítica e cidadã dos sujeitos. Sob o pretexto de "oportunizar o retorno à escola", o programa: encurta drasticamente o tempo de formação; apresenta conteúdos fragmentados e descontextualizados, substitui a mediação pedagógica por atividades automatizadas; impõe condições precárias de trabalho para os/as educadores/as; e sobretudo esvazia e ameaça a existência das turmas regulares de EJA, que já enfrentam constantes cortes, fechamentos e desvalorização. Repudiamos esse modelo que trata a educação como mero instrumento de certificação rápida, ignorando os sujeitos da EJA, suas trajetórias, saberes, direitos e necessidades reais. A educação não pode ser resumida a uma "segunda chance" apressada e descomprometida com a qualidade. Exigimos da SEEDUC-RJ:

1. A imediata revisão e suspensão da expansão do programa "Segunda Chance" nos moldes atuais;
2. O fortalecimento das turmas regulares de EJA, com garantia de permanência, estrutura adequada e valorização docente;
3. A construção de políticas públicas com participação efetiva das comunidades escolares, fóruns de EJA e profissionais da área;

4. O respeito à história e à dignidade dos sujeitos da EJA, que não precisam de "chances", mas de políticas educacionais continuadas e de qualidade.

REPUDIAMOS o programa Segunda Chance como retrocesso e afronta à EJA e à Educação Pública.

EJA É DIREITO NA ESCOLA PÚBLICA PRESENCIAL

NOTA DE REPÚDIO CONTRA A APROVAÇÃO DA LEI N.º 12.479 DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, SANCIONADA PELO GOVERNADOR E PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO DIA 21 DE JULHO DE 2025.

Nós, militantes, professores/as, pesquisadores/as e instituições comprometidas com a promoção dos direitos humanos e a liberdade de cátedra, manifestamos o nosso repúdio à Assembleia Legislativa do Espírito Santo, pela publicação da Lei n.º 12.479, sancionada pelo governador e publicada no Diário Oficial no dia 21 de julho de 2025. A norma permite que famílias de estudantes vetem sua participação em atividades pedagógicas desenvolvidas nas escolas públicas e privadas do Espírito Santo, que envolvam identidade de gênero, orientação sexual, diversidade e temas relacionados.

Vale ressaltar que vivemos em um Estado laico e as escolas se constituem como um espaço imprescindível à formação humana. Nesse sentido, o currículo escolar tem a responsabilidade de problematizar e/ou superar as práticas das discriminações de gênero que se materializam no que há de mais perverso na existência humana: a violência física, sexual, moral, patrimonial e psicológica. Com isso, é preciso enfrentar as formas de desumanização e de coisificação do humano de forma refletida e emancipatória.

Consideramos, também, que a inclusão dos estudos de gênero e da diversidade sexual nas escolas brasileiras tem respaldo legal na Constituição Federal de 1988: "Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: [...] IV—promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação [...]" e é responsabilidade dos Estados Partes "Combater estereótipos, preconceitos e práticas nocivas em relação a pessoas com deficiência, inclusive aqueles relacionados a sexo e idade, em todas as áreas da vida" (art. 8) e em outros dispositivos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional (9394/96), no Estatuto das Crianças e Adolescentes e no Estatuto da Igualdade Racial.

Nesse sentido, a Lei Estadual n.º 12.479 foi criada como forma de interdição e de ataque a toda e qualquer menção aos termos gênero e diversidade sexual, aliado às pautas conservadoras em ascensão nos últimos anos no Brasil. Diante do exposto, requeremos a pronta revogação da citada Lei, tendo em vista a jurisprudência referente a todas as tentativas de restringir os conteúdos de gênero e diversidade sexual nas escolas brasileiras.

VII EREJA Sudeste
Sudeste em luta por uma política nacional de
EJA.



fóruns eja Brasil